



ROTA DOS BUTIAZAIS: DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

BUTIAZAIS ROUTE: DEVELOPMENT AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY

João Ernesto Pelissari Candido¹

Daiane Netto²

Tamara Raísa Bubanz Silva³

Fabiana Thomé da Cruz⁴

Resumo:

A discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional contribui para o debate referente ao modelo de produção, processamento e consumo atual de alimentos. Nessa perspectiva, percebe-se que a modernização da agricultura afetou modos de vida e construções sociais influenciando, entre outros aspectos, hábitos e culturas alimentares da população em geral e, em especial, de comunidades rurais. A Rota Internacional dos Butiazais mostra-se como uma alternativa para aproximar Segurança Alimentar e Nutricional e modos de vida a serem reconhecidos e legitimados na medida em que valoriza a dimensão do patrimônio cultural que está intrínseco ao consumo e conservação do butiá (*Butia capitata*). Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir a importância da Rota Internacional dos Butiazais para a conservação e uso sustentável de butiás na região Sul do País, resgatando, por meio do consumo alimentar da fruta e de seus derivados, a valorização cultural e ambiental. Em relação aos aspectos metodológicos, este artigo tem como base pesquisa bibliográfica com embasamento na literatura científica, de modo a abordar algumas contribuições para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional vinculadas à biodiversidade dos agroecossistemas de butiazais. Concluímos que o Rota contribui para a promoção do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional a partir da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas de butiazais aliado à geração de renda a partir da agroindustrialização dos frutos e do artesanato rural. Além disso, nos territórios onde está inserida, a palmeira incentiva o turismo, a gastronomia, as feiras, o resgate do conhecimento popular, a articulação institucional e também políticas públicas.

Palavras-chaves: consumo; conservação; sustentabilidade; desenvolvimento rural; segurança alimentar.

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Professor da Escola Estadual Padre Orestes Ladeira. E-mail: joao.drsa@gmail.com

² Mestra em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). E-mail: daiane.netto2@gmail.com

³ Doutoranda em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: tamara.bubanz@gmail.com

⁴ Doutora em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: fabianathomedacruz@gmail.com





Abstract:

The discussion about Sovereignty and Food Security contributes to the debate regarding the production model, processing and current food consumption. From this perspective, agriculture modernization has affected livelihoods and social constructions influencing habits and food culture of rural communities. The International Route of Butiazais is an alternative that approaches sovereignty and ways of life to be discussed, since it values dimension of cultural patrimony that is intrinsic in consumption and conservation of butia. In this sense, the article aims to discuss the importance of Route in stimulating conservation and sustainable use of butias in South region Country, recovering from food consumption of the fruit and its derivatives cultural and environmental valorization. In methodological terms, this article will be based on a bibliographical research based on scientific literature seeking to address some contributions to food strengthening sovereignty and security, and biodiversity of agro-ecosystems of butiazais. We conclude that the Route promotes rural development and food security based on conservation of biodiversity and butiazais ecosystems, combined with income generation from agroindustrialization and rural handicrafts, and in territories where it is inserted it encourages tourism, gastronomy, fairs, redemption of popular knowledge, institutional articulation and public policies.

Keywords: consumption; conservation; sustainability; rural development; food security.

Introdução

A agricultura, enquanto sistema de produção, foi e continua sendo modificada de acordo com padrões estabelecidos pelas sociedades a qual pertence, propiciando, no caso ocidental, forte tendência à padronização decorrente da inserção do modelo produtivista adotado por muitos países. O caso das monoculturas, importante expressão desse modelo, é um dos exemplos mais discutidos, pois essa forma de produção nem sempre (ou raramente) segue padrões que proporcionam segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, o mercado acaba estabelecendo padrões que não necessariamente são sustentáveis para produção. Evidência disso é que, desde a Revolução Verde, é possível observar que a agricultura sofreu alterações, excluindo ou enfraquecendo hábitos alimentares e culturais de camponeses, afetando diretamente a diversidade alimentar e influenciando o êxodo rural.

Na esteira das mudanças vinculadas às modificações nos modos de produção agrícolas e pecuárias, neste artigo, voltamos a atenção para a relação entre a expansão das áreas agrícolas e urbanas sobre uma das palmeiras mais tradicionais do sul do Brasil, o butiazeiro, que atualmente está ameaçado tanto pelo avanço da pecuária – em decorrência da presença constante do gado, que compromete a regeneração das palmeiras devido ao pisoteio e pastejo das mudas – quanto pelo avanço de lavouras de soja na região norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Mesmo sob o risco de extinção, observa-se que, entre os moradores dessas regiões, o consumo dos butiás é tradição, especialmente entre as comunidades rurais. Entre os hábitos de consumo desse fruto, a cachaça é uma das principais bebidas difundidas pela fruta, usada para preparar licores e sucos e também na culinária, para a produção de geleias e sobremesas que, na forma de compotas de butiás, são empregadas tanto como elemento de decoração das cozinhas quanto como forma de suprir as famílias de doces durante o ano todo.





É nesse contexto que a discussão sobre segurança alimentar e nutricional se faz necessária, pois diz respeito aos hábitos e à cultura alimentar, considerando a dimensão do patrimônio cultural que está intrinsecamente vinculada ao consumo de alimentos que, como os butiás e seus derivados, remetem a aspectos intangíveis da cultura alimentar de comunidades locais. Ao compreender a herança alimentar, passada entre gerações, que se encontra, em maior ou menor grau, ameaçada, pode-se também avançar as reflexões para questões ambientais e sociais vinculadas à sustentabilidade de sistemas produtivos e alimentares. Segundo Maluf e Menezes (2000, p. 2) “a segurança alimentar depende não apenas da existência de um sistema que garanta, presentemente, a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas que também não venha a comprometer a mesma capacidade futura de produção, distribuição e consumo”.

Outro aspecto importante sobre a conservação dos butiazais são os serviços ambientais prestados tanto na alimentação humana quanto para a fauna silvestre, *habitat* de animais e plantas, além do valor forrageiro da vegetação herbácea associada ao butiazal, participação nos ciclos biogeoquímicos principalmente da água e do carbono e de recursos genéticos (BARBIERI, 2015). Nesse sentido, pode-se argumentar que a biodiversidade e a história cultural que os ecossistemas de butiazais envolvem contribuem tanto para o desenvolvimento rural quanto para a segurança alimentar e nutricional. Em decorrência de pesquisas e estudos que evidenciam as diversas dimensões que conferem importâncias aos butiazais e aos frutos produzidos nele, está em curso a criação de uma rota de integração e valorização desse vegetal. Trata-se da Rota dos Butiazais, que busca unir Brasil, Uruguai e Argentina, através de um espaço de integração que promove a conservação ambiental e o uso da biodiversidade associada aos butiazais de forma sustentável (BARBIERI, SOSINSKI JR, DA COSTA; 2017).

Considerando esse contexto e pressupostos, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir a importância da Rota dos Butiazais no estímulo, na conservação e no uso sustentável de butiás na região Sul do País, especialmente no que se refere ao consumo alimentar da fruta e de seus derivados com vistas à valorização cultural e ambiental.

A metodologia utilizada, de caráter bibliográfico-exploratório, volta-se a explorar a problemática do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional por meio de observações, participação em eventos temáticos e análise de publicações acerca da Rota dos Butiazais.

No que se refere à estrutura do artigo, além desta introdução, apresenta-se, primeiramente, a Rota dos Butiazais, seguida pela discussão sobre segurança alimentar e nutricional, enfatizando, por meio desses conceitos, a importância de fomentar e fortalecer a Rota dos Butiazais. Em seguida, é apresentada discussão sobre desenvolvimento de mercados alternativos, a partir do uso e conservação dos butiazais. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.





A Rota dos Butiazais na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

A cultura alimentar tem sido compreendida como um conjunto de representações, conhecimentos, crenças e práticas herdadas e/ou apreendidas que estão relacionadas à alimentação e são compartilhadas pelos indivíduos de uma dada cultura ou grupo social (CONTRERAS; GRACIA, 2011). De modo bastante simples e geral, pode-se considerar que quando determinada cultura encontra-se ameaçada pelo modelo agrícola adotado, a segurança alimentar e nutricional é comprometida. Em consequência, mecanismos de proteção devem ser criados para garantir que a herança cultural e alimentar não desapareça ou seja deslegitimada. Uma experiência e iniciativa nessa direção, que desenvolve o resgate histórico da alimentação e da proteção da biodiversidade e incentivo de hábitos alimentares locais é a Rota dos Butiazais.

A Rota dos Butiazais é promovida pela Embrapa Clima Temperado, localizada em Pelotas/RS, e Ministério do Meio Ambiente como iniciativa para consolidar a rota turística de valorização da biodiversidade associada aos butiazais e butiás no Rio Grande do Sul e em países vizinhos, como Argentina e Uruguai. A experiência é inovadora por unir conservação, valorização cultural e geração de renda em uma mesma proposta. A Rota foi inicialmente organizada nos municípios de Tapes, Giruá e Santa Vitória do Palmar, ambos no Rio Grande do Sul, e em Entre Rios, na Argentina e no departamento de Rocha, no Uruguai. Porém, além desses municípios e países, vale destacar que a Rota, em permanente construção, conta atualmente com mais de quinze municípios. A iniciativa tem agregado agricultores, pecuaristas, artesãos e comunidade científica no intuito de preservar a cultura entorno dos butiazais, envolvendo desde as plantas remanescentes e incentivo ao plantio até a preparação de receitas para festivais e encontros gastronômicos.

Historicamente, há presença de butiazais na paisagem natural dos municípios e países que integram a Rota. Em alguns municípios, inclusive, no início do século XX, as fibras extraídas das folhas, chamadas de crina vegetal, eram usadas em estofamentos de móveis e na fabricação de colchões, matéria-prima que, na década de 1940 foi substituída por materiais sintéticos (BARBIERI et. al., 2016). Os butiazeiros ocorrem de forma agrupada, formando populações extensas que, atualmente, estão sofrendo pressão pela conversão dessas áreas tanto em lavouras ou pastagens como para o crescimento do perímetro urbano.

Os butiazeiros são palmeiras nativas no Rio Grande do Sul e deles são utilizados os frutos e folhagens. Barbieri (2015, p. 10) destaca que “quem vive no Rio Grande do Sul certamente conhece e já experimentou os butiás de alguma forma; os frutos são utilizados na culinária local em alguns produtos como geleias e sobremesas e também no preparo de bebidas como sucos e licores”. De acordo com a mesma autora, os butiazeiros, muito comuns nas paisagens sulinas, formaram palmares em meio à vegetação campestre, mas, atualmente, os butiazais estão cada vez mais raros. Por isso, como forma de valorizar aspectos da cultura local associada a essas plantas, a implantação da Rota dialoga com a segurança alimentar e nutricional ao combinar elementos que fomentam o patrimônio cultural alimentar.





A Rota promove o desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional a partir da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas de butiazais aliado a geração de renda para os agricultores familiares, por meio da comercialização da fruta, da agroindustrialização e do artesanato rural. Já no território onde está inserida, a presença dos butiazais incentiva o turismo, a gastronomia, as feiras, o resgate do conhecimento popular, a articulação institucional e as políticas públicas, não deixando desaparecer da cultura gaúcha, a corriqueira expressão “me caiu os butiás do bolso”, empregada para expressar surpresa ou espanto diante de determinada situação ou fato, utilizada principalmente no estado do Rio Grande do sul.

Por características como as mencionadas, a Rota dos Butiazais tem sido fortemente vinculada à Segurança Alimentar e Nutricional, termo que, enquanto conceito, pode ser compreendido a partir do Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, a LOSAN, publicada em 2006. De acordo com essa Lei,

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, Art. 3).

Esse conceito, que avança ao defender a Segurança Alimentar para além de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, incluindo promoção da saúde, respeito à diversidade cultural e sustentabilidade, é endossado por publicações como o Manual do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (2010), organizado pela Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH). Embora esse debate tenha ganhado mais visibilidade e força a partir dos anos 2000, é importante destacar que o tema da Segurança Alimentar⁵ se inicia durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com o intuito de cada país conseguir produzir sua alimentação para não ficar vulnerável, ganhando força após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU, desde o princípio, já tinha organismos que entendiam o alimento como um direito humano. No Brasil, o termo vem sendo debatido com maior frequência a partir dos anos 1990 com os movimentos sociais, com destaque, atualmente, para a questão da qualidade e da valorização de culturas alimentares locais. No caso do Brasil, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem

⁵ No final da década de 1980 e início da década de 1990, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente), de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em decorrência, agregou-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passou a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE, 2002; ABRANDH, 2013).





papel fundamental no avanço e na manutenção de pautas pertinentes a SAN, além de contribuir fortemente para o desenvolvimento de ações em prol dessas questões (CANDIDO et al 2018).

Para além do Brasil, também a América Latina teve expressivo avanço na última década no que se trata de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse aspecto, Souza e Belik (2012) destacam exemplos de políticas de SAN, no México, Brasil e Peru, discutindo pontos importantes como a intersetorialidade e a unificação de políticas e o conceito de SAN ao qual se referem países para a garantia deste direito. As dimensões que causam maior discussão quando se elabora ações para a segurança são: disponibilidade, estabilidade, acesso e uso dos alimentos. Dessa forma, fica visível a construção social acerca dos alimentos (CANDIDO et al 2018):

Para garantir o DHAA, há que se respeitar a diversidade de culturas e de hábitos dos povos, nações e coletividades regionais. Além disso, cabe considerar os princípios de adequação e sustentabilidade, de modo que não haja dúvida, por parte das pessoas, da provisão do alimento à sua mesa no dia seguinte, na semana seguinte, no mês seguinte, e assim sucessivamente. Desta forma, ao se falar que a alimentação deve ser ‘adequada’, e não apenas saudável, busca-se salientar que os alimentos ou dietas específicas devem ser apropriados a determinadas circunstâncias sociais, econômicas, culturais e ecológicas (MALUF; REIS, 2005, p. 19).

De acordo com Maluf e Reis (2005), os países têm papel fundamental para a garantia da alimentação adequada, com a formulação de políticas, programas e ações que possam agir nacional e internacionalmente para a produção de desenvolvimento econômico e social, devendo respeitar a ética para o acesso digno, a diversidade nutricional e cultural. Para o autor, seguindo esses aspectos, haverá a construção social de políticas em favor da SAN capazes de levar em consideração aspectos relacionados à sociobiodiversidade (CANDIDO et al 2018).

Nesse sentido, Mintz (2001) defende que a comida é um elemento particular entre as sociedades na medida em que ela é portadora de diversidade social e é centro do aprendizado social por natureza, além, é claro, de ser aspecto essencial à vida. Nessa perspectiva, que amplia a alimentação para além de questões biológicas para reconhecer também dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais, cabe aos Estados suprir, de modo amplo, as necessidades alimentares e nutricionais das sociedades. Porém, diferentemente desse olhar que amplia a abordagem sobre a alimentação, há ressalvas como a de Marques (2010), que cita (CANDIDO et al 2018):

[...] outra proposta de segurança alimentar é apresentada ao debate pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG, na época predominando o termo inglês para o que agora é denominado como agronegócio). Deste ponto de vista, trata-se de reforçar a importância do setor agroindustrial para a concretização dos objetivos de segurança alimentar. Reivindicando melhor infraestrutura e estabilidade econômica





para investimentos, a ABAG leva ao campo de debate sobre a segurança alimentar os interesses dos grupos agroindustriais, oferecendo como contrapartida a ideia segundo a qual é o aumento substancial da oferta de alimentos que pode assegurar um eficaz combate contra a fome e a subalimentação. Portanto, a perspectiva aqui consiste em apostar numa oferta alimentar abundante, antes de se estabelecer outros compromissos sociais, tais como aqueles em torno da reforma agrária. (MARQUES, 2010, p. 81).

Esse debate, que enfatiza perspectiva bastante reducionista, tem muito a caminhar diante das ações para o DHAA, que ainda contribui para que os países se estejam adequados e alinhados aos acordos internacionais. A segurança alimentar é muito importante para esses acordos e trazem a agricultura camponesa como uma rica fonte de conhecimentos e valores para a sustentabilidade. Os Estados podem fortalecer a agricultura familiar fomentando os mercados institucionais que tendem a valorizar a diversificação, beneficiando, assim, a soberania e a segurança alimentar e nutricional (CANDIDO et al 2018).

Convém aqui apresentar a ideia de que esta defesa da agricultura camponesa não nos parece corresponder a um regresso ao passado, como muitos apressadamente poderiam pensar. Em outra ocasião, sugerimos que se trata de uma refundação do termo camponês, o que permite conceber uma retomada de certos valores do passado, para contestar os descompassos do presente e, afinal, para reconstruir o futuro. De fato, a ideia permite veicular concepções compatíveis com a modernização da sociedade, ao mesmo tempo em que realça os inquietantes perigos dos caminhos percorridos. (MARQUES, 2010. p. 82)

As organizações e movimentos sociais são fundamentais para o fortalecimento das atividades da agricultura camponesa e familiar, fazendo o debate ser elevado ao nível de Estado. Esta pressão faz com que as demandas, antes pouco escutadas, se tornem projetos e ações a favor da segurança alimentar. É importante ressaltar que o Estado atua em seu território sendo capaz de levar o desenvolvimento e a segurança alimentar e nutricional, gerando valores a sociedade, como é o caso da criação da LOSAN e do CONSEA. Então a entrada dessa participação social é importante para combater a insegurança alimentar (CANDIDO et al 2018).

As dinâmicas de produção de alimentos seguem o processo de padronização e contribui para o êxodo rural e a perda de valores e sabores a que o rural remete. O abandono das culturas de autoconsumo gerado pelas monoculturas é preocupante para a segurança alimentar. Balem e Silveira (2002) trazem a noção de “cultura do agro”. Os autores usam essa noção para se referir a globalização do consumo, em que as famílias deixam de produzir para seu autoconsumo e passam a comprar produtos industrializados.





A implementação de uma agricultura “científica” impõe como referência para a decisão/ação do agricultor os conhecimentos gerados nos centros de pesquisas traduzidos em produtos (insumos químicos ou mecânicos), que alinhados a um conjunto de recomendações sobre quais práticas agrícolas adotar, leva a uma dependência do agricultor diante daqueles que “dominam” tais conhecimentos. O saber do agricultor construído no “fazer” agrícola, sua cultura do agro não é mais referência para superar os desafios da agricultura moderna. (BALEM; SILVEIRA, 2002).

Ainda, segundo Balem e Silveira (2002), diante da modernização da agricultura, os modos de vida foram alterados perante processos de urbanização que fazem a inserção de agricultores no mercado e os tornam também consumidores, visto que vendem sua produção e, em alguma medida, “recompram” os produtos com valor agregado, ainda que com o mínimo de processamento. Esse modelo onde os agricultores passam a comprar produtos de autoconsumo, que antes eram produzidos em suas propriedades, e o modelo de modernização pelas cadeias agroalimentares que fazem a indução de monoculturas e atuam na especialização de alguns produtos.

A Rota dos Butiazais traz elementos significativos nesse sentido, pois no Rio Grande do Sul se desenvolveu uma série de práticas históricas que, com a modernização da agricultura, implicou diminuição do agroecossistema em torno dos butiazais, ocasionando perda de uma série de recursos e práticas associadas. Diante disso, a Rota busca incentivar e recuperar a cultura alimentar em torno do butiá, promovendo cursos e oficinas com famílias agricultoras, de modo a incentivar a preparação e agroindustrialização - atividades que proporcionam a produção de doces e bebidas, entre os quais sorvetes e picolés. Para além de alimentos, também é incentivado o trabalho com o artesanato, elaborado a partir da trança da palha, que resulta em chapéus, bolsas, utensílios e demais produtos, promovendo, dessa forma, a conservação, o consumo e a geração de renda para inúmeras famílias.

Do ponto de vista nutricional, a polpa da fruta é rica em vitamina C e carotenoides, substâncias antioxidantes, que atuam na manutenção da saúde; apresenta também altas concentrações de potássio, importante para regular o funcionamento do organismo (RIVAS; BARBIERI, 2014). Por isso, incentivar a conservação e o consumo do butiá traz benefícios tanto para os ecossistemas quanto para a saúde.

A perspectiva de benefícios do butiá, seja para os consumidores, seja para os ecossistemas, pode ser analisada sob o viés do desenvolvimento rural. Nesse sentido, Toledo et al. (2009) defendem que o desenvolvimento rural tem papel de estabelecer laços entre as tradições e as sociedades, vinculando a importância da soberania e da segurança alimentar e nutricional diante a biodiversidade. A Segurança Alimentar e Nutricional vai além da produção de alimentos, ela leva em consideração os aspectos culturais de cada comunidade que tem suas particularidades no modo de produzir, processar e consumir. Nesse contexto, Maluf (2007, p. 25) ressalta que “o acesso aos alimentos engloba não apenas comer





regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, com base em práticas saudáveis e que preservem o prazer associado a alimentação”.

Para Menasche (2012, p. 17), “a comida vista em diferentes contextos revela seu poder em torno de ideias e práticas e, além disso, permite reconstruir a memória, o que possibilita redefinir identidades”. Com isso, entende-se que a identidade cultural alimentar é característica intrínseca à cultura de um determinado grupo social. Assim, os elementos para práticas de ritos, por exemplo, dependem das realidades do contexto onde se alimentam ou preparam os ritos que passam a se justificar em cada grupo social como identitária.

A Rota dos Butiazais trata de elementos culturais que em sua amplitude permitem a discussão de segurança alimentar, a análise destes visa revalorizar elementos, que pelo tempo foram se transformando. As identidades culturais alimentares estão em constante mudança, mas devem conter elementos que assegurem a segurança alimentar e nutricional. O desenvolvimento da Rota passa a ser fundamental para revalorizar esses elementos e, para o processo desse projeto, a parceria entre agricultores e instituições é fundamental, como será descrito no próximo tópico.

Desenvolvimento, Rota dos Butiazais e Mercados

Partindo do olhar sobre a Rota dos Butiazais, as relações entre a comida e a sociedade têm convergências históricas que inspiram sua construção, como proposta por Luiza Chomenko, da Fundação Zoobotânica. Em sua fala, no I Seminário Técnico da Rota dos Butiazais⁶, Chomenko destacou que os butiazais têm importância histórica no Rio Grande do Sul, e seu uso é conhecido desde períodos remotos. Para a palestrante, hoje eles têm papel fundamental na economia de algumas regiões, além de promover resgate às tradições dando origem a vários processos de desenvolvimento no estado. Ainda de acordo com Chomenko, no Rio Grande do Sul, a existência de palmeiras possui registros há centenas de anos, tanto relatos bibliográficos em relação a sua utilização no tempo dos jesuítas e indígenas, quanto relatos de situações de deslocamentos de tribos nômades por países sul-americanos ajudando na dispersão deste grupo vegetal.

Os objetivos da Rota, a partir da apresentação da Embrapa no I Seminário Técnico, é sensibilizar as pessoas sobre o valor da biodiversidade, valorizar e fortalecer a ligação das

⁶ O I Seminário Técnico da Rota dos Butiazais: do colchão de crina à Rota dos Butiazais, contou com as seguintes temáticas e representações: A rota dos butiazais - Rosa Lia Barbieri - Embrapa; As espécies de butiá - Gustavo Heiden - Embrapa; Manejo nos ecossistemas de butiazais- Ênio Sosinski - Embrapa; Certificação ambiental para extrativismo, transporte e comercialização de butiá - Leonardo Urruth - SEMA; A Rota dos Butiazais no Uruguai - Mercedes Rivas - Universidad de la República; Os butiazais e o Projeto RS Biodiversidade - Luzia Chomenki - FZB; A cadeia solidária das frutas nativas e a rota dos butiazais- Alvir Longhi - CETAP; A articulação da Rota dos Butiazais com os territórios da cidadania - Gabriela Coelho de Souza - PGDR/UFRGS; e as experiências de Tapes, Santa Vitória do Palmar e Giruá - Julio Wandam, Carmen Heller Barros, Marizete Borges Iepsen, Ricardo Jurenick.





pessoas com o território, promover a conservação dos butiazais e da cultura relacionada, fortalecer a identidade regional, promover a inclusão social e o desenvolvimento local por meio do turismo, gastronomia e artesanato.

Nesse processo, o papel dos atores locais mostra-se fundamental para a construção permanente da Rota, pois entre os desafios está justamente a articulação de agricultores, poder público, comunidade científica, consumidores dentre outros. Sem essa articulação, a viabilidade da Rota fica comprometida, por isso, uma das abordagens adotadas pela Embrapa na inclusão de novos municípios na Rota é a motivação dos próprios atores locais serem inseridos.

Cabe mencionar que, em nível estadual, no âmbito do Projeto RS Biodiversidade⁷, vinha-se desenvolvendo um conjunto de ações que tinha por objetivo promover a conservação e a recuperação da biodiversidade mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas ao desenvolvimento regional, promovendo a incorporação do tema nas instituições e comunidades envolvidas (CHOMENKO, 2016). Um dos trabalhos desenvolvidos foi o desenvolvimento de pesquisas no sentido de compreender a dinâmica de regeneração dos butiazeiros, nos municípios de Tapes e Barra do Ribeiro, a partir de parcerias com proprietários rurais de áreas onde ocorrem butiazais, que estavam preocupados com a conservação destes ecossistemas e buscaram o auxílio das instituições públicas.

Nessa perspectiva, a importância de dar continuidade ao Projeto RS Biodiversidade⁸ fez com que surgisse uma proposta de construção de uma nova atividade, que visasse promover a articulação de várias regiões, reunindo saberes e culturas e os distintos setores da sociedade envolvidos com o tema “butiás”. A partir de então, surgiu a Rota Dos Butiazais.

Em diversas propriedades rurais, como em Tapes/RS, a presença de inúmeros butiazais preservados se fez devido ao interesse econômico na crina vegetal, embora atualmente essa matéria-prima não possua utilização para fins econômicos. De acordo com a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06), só é permitido a coleta de frutas nativas para o consumo próprio, sendo proibida a comercialização de frutas ameaçadas de extinção, como é

⁷ O RS Biodiversidade - Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – é uma das políticas do Governo do Estado para proteção e conservação dos recursos naturais e busca promover a incorporação do tema biodiversidade nas instituições e comunidades envolvidas. Os recursos para execução Projeto provêm de uma doação de US\$ 5 milhões do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF) por meio do Banco Mundial, com contrapartida de US\$ 6,1 milhões por parte do Governo do Estado. Para execução do Projeto foi criada a Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, lotada na Secretaria do Meio Ambiente, composta também por coordenadores técnicos pelos órgãos co-executores FZB, FEPAM, EMATER e TNC do Brasil Participam também da execução do Projeto: DEFAP/SEMA – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria do Meio Ambiente; FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária; EMBRAPA, AGEFLOR, SEDAI, Secretaria de Estado da Educação, APROPAMPA, SEBRAE. (Biodiversidade RS, 2020)

⁸ Cabe destacar que o objetivo básico do Projeto RS Biodiversidade estava alinhado à sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica.





o caso butiá. Diante disso, o projeto RS Biodiversidade propôs a criação de gado junto aos pés dos butiás, ocorrendo a integração de áreas preservadas com a produção agrícola ocorrendo a conservação pelo uso. Somado a essas ações, a Rota foi criada para promover outros elos na atividade, como o turismo e o fortalecimento da identidade cultural.

Outros elementos que contribuem para a formação da Rota podem também ser destacados, como é o caso da perspectiva da comida como patrimônio. Nesse sentido, Alves (2011) destaca que os saberes que são compostos por rituais caracterizam o modo de produzir e processar a comida como patrimônio, no caso das frutas nativas na Rota, é decorrente de fatos históricos a utilização do butiá. Na cidade de Giruá/RS, ocorre há onze anos a Festa do Butiá, reunindo expositores que comercializam alimentos e bebidas à base de butiá, bem como diversos artesanatos, tendo como matéria prima o butiazeiro, sendo essa a árvore símbolo do município. Durante a Festa, valorizando a perspectiva da comida como cultura e patrimônio, foi realizado um concurso de pratos à base de butiá, chamado de “Balaio de Sabores”, incentivando principalmente agricultoras do município a desenvolverem receitas. O município faz parte da Rota e desenvolve inúmeras ações para incentivar e preservar o butiá, a partir da geração de renda pela gastronomia, artesanato e agroindustrialização.

Além ou conjuntamente à valorização cultural e patrimonial, a Rota abre espaço para a discussão de mercados que atendam tanto a demanda dos produtores como dos consumidores atentos a dinâmicas ambientais, que procuram por produtos da sociobiodiversidade. Diante desse cenário, surgem novas formas de mercado, que “se consolidam a partir da disseminação de uma série de 'mercados alternativos' como especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais” (NIEDERLE, 2009, p. 13).

Esses mercados surgem então para valorização de dinâmicas territoriais, que atuam diretamente com os atores. Um exemplo é a relação entre agricultores e consumidores, que proporciona aprofundamento de laços por meio dos quais consumidores podem vir a conhecer dinâmicas e práticas de quem produz alimentos

Nos mercados diferenciados e ou nos que há proximidade entre produtores e consumidores, é possível estimular que os consumidores considerem valores como bem-estar e saúde tanto deles quanto de quem produz os alimentos, qualidade a partir de dimensões que extrapolam preço ou sanidade, questões ambientais, entre outras. Desse modo, destacam-se também relações socioculturais ligadas à tradição, origem ou modo de produção. Alguns dos mercados diferenciados que abordam estes temas estão relacionados ao Comércio Justo, Indicações Geográficas, Agroecologia, feiras de produtores, entre outros, conformando mercados mais alinhados à “sustentabilidade” ou mesmo com as características socioculturais de cada região.

Nesse sentido, para além dos benefícios conferidos pela Rota dos Butiazais, que reforçam o potencial dos butiazais e dos produtos deles decorrentes enquanto produtos diferenciados seja por questões sociais, econômicas, ambientais e culturais, é importante pensar o papel de políticas públicas que possibilitem o acesso aos benefícios desses mercados,





não só para os produtores que estão ligados diretamente a eles, mas também aos consumidores, especialmente por meio de articulação e ações da sociedade civil.

A Rota dos Butiazais, construída na intenção não apenas de revalorização cultural, mas também visando a conservação da agrobiodiversidade e sustentabilidade, tem, como procuramos evidenciar ao longo desta seção, grande potencial para aproximar produtores e consumidores e, assim, inserir produtos decorrentes dos butiazais em mercados diferenciados, que valorizam não apenas aspectos econômicos, mas também questões sociais, culturais e ambientais associadas a esses produtos. A ampliação da Rota é feita a partir do interesse de atores envolvidos no processo e a entrada de novos municípios é feita por meio do interesse de produtores ou processadores de aderir a essa rede. O processo está em constante construção no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em nível internacional, com municípios da Argentina e Uruguai.

Considerações Finais

Neste artigo, em que o objetivo foi apresentar e discutir a importância da Rota dos Butiazais no estímulo, na conservação e no uso sustentável de butiás na região Sul do País, especialmente no que se refere ao consumo alimentar da fruta e de seus derivados com vistas à valorização cultural e ambiental, procuramos trazer evidências de que o uso de palmeiras principalmente do gênero *Butia* tem sua ligação histórica com atividades na região, constituindo elos importantes de hábitos e costumes das populações humanas regionais. A monocultura (principalmente de soja), a criação extensiva de gado (elevada carga animal que impede a regeneração natural das populações), a especulação imobiliária, atividades agrícolas e silviculturais são responsáveis por grande parte da redução das populações naturais de butiá. Em consequência, ocorre perda do conhecimento e das tradições relacionadas à planta.

Nesse contexto, com suporte de instituições como a Embrapa Clima Temperado, universidades e também com o apoio de pesquisadores/as e sociedade civil, foi criada e implantada a Rota dos Butiazais que se estende por regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Uruguai e Argentina, nas quais a presença de butiazais ainda é relevante. Nessas regiões, toda a complexidade dos butiazais é fundamental para a garantia da manutenção de sistemas socioambientais e econômicos locais, fortalecendo aspectos culturais, territoriais, identitários e associados à biodiversidade, os quais estão presentes nas regiões dos butiazais, evitando igualmente, a desaparecimento dessas plantas e das culturas relacionadas a elas.

Nesse debate e de modo atrelado à importância da Rota dos Butiazais, vale destacar também a importância da Segurança Alimentar e Nutricional, fundamental para a compreensão dos Direitos Humanos a Alimentação Adequada, visto que aborda aspectos relevantes nos quais os Estados podem agir com ações, programas e políticas intersetoriais. No caso da Rota dos Butiazais, foco deste artigo, essas formas de atuação do Estado, somadas





a articulação e envolvimento da sociedade civil e de universidades entre outras instituições, podem, potencialmente, contribuir na construção e consolidação desta Rota. Nesse sentido, a contribuição do desenvolvimento rural é relevante especialmente no que diz respeito à análise de maneiras sustentáveis do manejo da agrobiodiversidade junto aos processos socioambientais e também de acesso a mercados diferenciados para os produtos associados à Rota dos Butiazais que, como foi destacado neste artigo, dizem respeito tanto à gastronomia quanto ao turismo, agroindústrias familiares e artesanato locais.

Portanto, além de questões tangíveis, o poder simbólico expresso pela Rota dos Butiazais também é relevante, visto que a identidade cultural alimentar avança sob as fronteiras sendo possível consumir alimentos de “cozinhas” de diversas partes do mundo com a internacionalização da comida, mas também com a continuação do aprendizado diante das particularidades vivenciadas nas sociedades locais. Nesse sentido, a Rota do Butiazais dialoga com a globalização e pode mostrar as identidades dos agricultores que produzem, processam e consomem, denotando práticas particulares que consolidam seu modo de vida contribuindo para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Referências

ABRANDH. **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**, p.10-33. 204p. Disponível em <<http://www.abrandh.org.br/>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

BALEM, Tatiana; SILVEIRA, Paulo R. **A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar**. Texto sem data. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

BARBIERI, Rosa Lia. **Vida no Butiazal**. Brasília: Embrapa. 2015. 200 p.

BARBIERI, Rosa Líá; CHOMENKO, Luiza; SOSINSKI, Ênio Egon Junior; DA COSTA, Fábila Amorim; GOMES, Gustavo Crizel; MARCHI, Marene Machado; MISTURA, Claudete Clarice; HEIDEN, Gustavo; MATOS, Josy Zarur; VILLELA, Juliana Castelo Branco; CARNEIRO, Andréia Maranhão; NILSON, Ari Delmo; RAMOS, Ricardo Aranha; FARIAS-SINGER, Rosana. Butiás: legítimos representantes da nossa biodiversidade. *In: Natureza em Revista*. Porto Alegre: Editora FZB, 2016. P. 8-15.

BARBIERI, Rosa Lia; SOSINSKI Jr., Enio Egon; da COSTA, Fábila Amorim. **ROTA dos butiazais**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2017.

CANDIDO, J. E. P; NETTO, D; ENGELMANN, M. I; FERREIRA, R. L. A; SCARPARI, K. A. **Soberania e segurança alimentar: uma análise para o fortalecimento da cultura**





alimenta. Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 3821 - 3829, nov. 2018.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, Sociedade e Cultura.** Tradução: Mayra Fonseca e Barbara AtieGuidalli. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2011. 495 p.

MALUF, R. S. J; REIS, M. C. (2013). Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, Cecília;BURLANDY, Luciene;MAGALHÃES,Rosana(orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.**Pg.15-42. Rio de Janeiro:Editora Fiocruz, 2013.

MALUF, R.S.J. **Segurança alimentar e nutricional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MALUF, R. S. J. MENEZES, F. **Caderno Segurança Alimentar.** Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(2): 78-87 2010.

MENASCHE, R. ALVAREZ, M. COLLAÇO, J. **Dimensões socioculturais da alimentação.** Editora UFRGS, 2012. 264.p

NIEDERLE, A, P. **Delimitando as Fronteiras Entre Mercados Convencionais e Alternativos para a Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed18.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

RIVAS, M. BARBIERI, R, L. **Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentavel do Butiá.** Embrapa. Brasília-DF, 2014.

SOUZA, Luciana Rosa; BELIK, Walter. O planejamento da política de alimentação: uma análise a partir dos casos do México, Brasil e Peru. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 19(2): 111-129, 2012.Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_19_2_2012/19-2_artigo-9.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2018.

Recebido em 07/04/2020
Aprovado em 22/06/2020



Volume 10, Número 3
Julho - Dezembro
2020



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:

